

EUROBARÓMETRO 69

OPINIÃO PÚBLICA NA UNIÃO EUROPEIA

PRIMAVERA 2008

RELATÓRIO NACIONAL

SUMÁRIO EXECUTIVO

PORTUGAL

A sondagem foi encomendada e coordenada pela Direcção-Geral Comunicação.

Este relatório foi produzido para a Representação da Comissão Europeia em Portugal.

Este documento não reflecte as opiniões da Comissão Europeia. Quaisquer interpretações ou opiniões expressas neste relatório são apenas dos seus autores.

1. Portugal e os Portugueses: Perspectivas Sobre a Situação Actual e o Futuro Próximo

Neste EB69, a expectativa de 59 por cento dos inquiridos é que a situação da economia nacional piore nos próximos 12 meses, enquanto 63 por cento dos portugueses esperam desenvolvimentos semelhantes na situação do emprego. Deste ponto de vista, a opinião pública portuguesa é uma das quatro mais pessimistas entre os 27 estados-membros, e estes resultados representam um aumento de cerca de 20 pontos percentuais nas expectativas negativas em relação ao futuro em comparação com o EB68, conduzido no Outono de 2007. Particularmente relevantes, tendo em conta o aumento dos níveis de inflação na Europa, são as percepções dos inquiridos sobre o custo de vida e o seu poder de compra. Os resultados mostram que, tal como ocorre na maior parte dos países europeus, há mais inquiridos em Portugal que consideram que o seu poder de compra diminuiu nos últimos cinco anos do que aqueles que pensam que ele aumentou. Estas percepções são, contudo, mais prevalentes em Portugal que na média europeia.

Para além disso, 71 por cento dos inquiridos dizem concordar com a noção de que têm dificuldades em pagar as contas no final do mês, a terceira percentagem mais elevada entre os 27 estados-membros. Uma análise a nível individual mostra que é entre os indivíduos com menores níveis de instrução, os mais velhos, os desempregados, os trabalhadores manuais e os trabalhadores menos qualificados do sector dos serviços que encontramos maiores dificuldades a este nível. Sem surpresas, à luz destes resultados, a satisfação com a vida demonstrada pelos portugueses é comparativamente baixa. É mesmo a terceira mais baixa na Europa, com apenas a Bulgária e a Hungria a apresentarem resultados inferiores.

Em linha com o que ocorreu na maior parte dos países europeus, a saliência do tema “inflação” aumentou nos últimos meses: é mencionado como sendo um dos problemas mais importantes por 42 por cento dos inquiridos, contra 35 por cento no Outono de 2007. Já no que concerne o desemprego houve alguma diminuição da preocupação em Portugal (menos cinco por cento) embora ainda seja umas das principais questões actuais a nível nacional. Contudo, a hierarquia dos temas, em termos da sua saliência para os portugueses, permanece basicamente inalterada. Preocupações de natureza económica, tais como o desemprego, a inflação e situação económica do país são muito mais mencionadas como sendo importantes do que temas como a criminalidade,

a imigração, o terrorismo, o ambiente ou a energia. E apesar desta hierarquia de temas ser comum por toda a Europa, a diferença entre a saliência dos temas económicos e a dos restantes é claramente maior no caso português do que na média europeia. Esta saliência dos temas económicos poderá estar relacionado com o contexto difícil económico de Portugal.

Estes desenvolvimentos não parecem ter alterado os padrões pré-existentes de confiança institucional. Tal como acontece nos restantes países, a maior parte dos inquiridos tende a confiar menos das instituições políticas nacionais – especialmente dos partidos políticos – e a depositar maior confiança genérica na União Europeia. Mais interessante, contudo, é o facto dos portugueses parecerem particularmente defensores da “europeização” de um vasto leque de políticas públicas, a níveis consistentemente acima da média europeia. Estes padrões são congruentes com a investigação académica existente sobre o tema¹, que sugere que os países onde a qualidade da governação democrática é vista como sendo mais baixa tendem a dar maior apoio genérico à europeização das políticas públicas, e que a opinião pública em países comparativamente menos prósperos tende a dar mais apoio à integração de políticas de natureza redistributiva e com maior peso orçamental. Dito isto, o facto é que os temas onde encontramos maiorias mais claras a favor da europeização são também aqueles que são menos salientes para os inquiridos.

2. Portugal e a UE

Nesta Primavera de 2008, as atitudes instrumentais e difusas dos portugueses face à integração na União Europeia apresentam valores que se aproximam dos encontrados nos períodos de menor entusiasmo da população portuguesa com a adesão. De facto, apenas 61 por cento dos inquiridos considera que a integração europeia beneficiou Portugal (menos oito pontos percentuais que há seis meses, e somente sete pontos acima da média europeia), enquanto que a proporção de portugueses que afirma que a adesão à União Europeia é uma coisa boa não passa dos 50 por cento (dois pontos abaixo da média dos 27 Estados-membros, e quase dez por cento menos que no anterior Eurobarómetro). Os portugueses que consideram que a adesão é benéfica salientam motivos como o crescimento económico (24 por cento) e a cooperação internacional (20 por cento), fazendo menos vezes referência à manutenção da paz e segurança (17 por cento) e às oportunidades de trabalho (14 por cento) do que a

¹ Cf. Sanchez-Cuenca, I., (2000), “The political basis of support for European Integration”, *European Politics*, vol.1, no.2, pp.147-171.

generalidade dos europeus (32 e 25 por cento, respectivamente). Por sua vez, os cidadãos nacionais que acreditam que a integração não trouxe benefícios (26 por cento) fazem principalmente referência a uma diminuição do nível de vida causada pela adesão (28 por cento).

As taxas de reconhecimento das quatro principais instituições europeias (Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Conselho da União Europeia, Banco Central Europeu) situam-se, em Portugal, sempre acima dos 79 por cento, sendo quase sempre dez a 17 pontos percentuais mais elevadas que a média europeia (excepto no caso do Parlamento Europeu). Os níveis de confiança são também mais elevados em Portugal (entre 58 e 66 por cento) do que no cômputo geral da União Europeia (entre 43 e 52 por cento) mas estes valores são mais modestos do que os índices de importância conferida a estas instituições, que ultrapassam sempre os 75 pontos percentuais. Os portugueses que confiam nas instituições europeias justificam-no fazendo essencialmente menção ao apoio à União Europeia (taxas de referência entre 22 e 25 por cento) e à percepção de que estas defendem bem os interesses dos cidadãos (taxas de referência entre 16 e 18 por cento); por sua vez, os factores centrais entre aqueles portugueses que não confiam nas instituições da UE (taxas de referência entre 18 e 20 por cento) são por um lado a ideia de que estas instituições são muito distantes do cidadão comum e por outro a falta de informação (taxas de referência entre 16 e 20 por cento).

A compreensão do funcionamento da União Europeia é a dimensão em análise que mais evoluiu positivamente nos últimos seis meses, tendo passado de uma taxa de concordância de 32 por cento para 44 por cento. Contudo, ainda não encontramos uma proporção maioritária de portugueses que compreende o funcionamento da União. Além disso, 46 por cento dos inquiridos consideram que as instituições europeias não são transparentes. O desempenho dos portugueses em questões de avaliação de conhecimento específico sobre a União Europeia é positivo (53 por cento de respostas certas), sendo até ligeiramente superior à média europeia (50 por cento).

Em Portugal, 55 por cento dos inquiridos consideram que a imagem da União Europeia é positiva, enquanto que a média europeia se situa nos 48 por cento. As principais dimensões associadas pelos portugueses à União Europeia são a liberdade de circulação (32 por cento) e a moeda única (28 por cento), sendo que no nosso país a referência a aspectos negativos como a burocracia ou o desperdício de dinheiro é bastante menor (três e nove por cento, respectivamente) do que a média europeia (18 e 19 por cento). Tal como a generalidade dos cidadãos europeus, a maioria dos

portugueses não se sente individualmente representado nas instituições europeias – as percentagens de inquiridos que consideram que a sua voz conta nas instâncias da União nunca ultrapassa os 30 por cento. Apesar disso, a ideia de que os interesses e a voz de Portugal têm impacto na União é partilhada por cerca de metade dos cidadãos nacionais inquiridos nesta Primavera.

Por fim, a desagregação sócio-demográfica mostra que as mulheres, os cidadãos mais velhos e menos escolarizados, as domésticas e os desempregados apresentam as posições menos favoráveis nas dimensões analisadas – menor anuência com os benefícios da integração, menor confiança nas instituições europeias, imagem menos positiva da União Europeia e desempenho mais fraco nas questões de avaliação do conhecimento concreto.

3. Os desafios da UE: objectivos para o futuro, globalização e alargamento

A maioria dos portugueses (56 por cento) permanece optimista acerca do futuro da União, embora seja uma maioria menos expressiva do que no conjunto da UE (63 por cento). Os novos Estados-membros (NEM-12) possuem em média uma opinião mais positiva acerca do futuro da Europa (71 por cento) do que os Estados-membros mais antigos (UE-15) (60 por cento).

O apoio ao Euro em Portugal diminuiu comparativamente ao semestre anterior, tendo baixado de 60 para 54 por cento. No conjunto da UE, não ocorreu uma mudança significativa, com o apoio à moeda única a permanecer próximo dos 60 por cento. Em termos sócio-demográficos, no que toca ao apoio ao Euro, assistimos a uma correlação já de si muito observada em vários tópicos sobre integração europeia, em que os mais idosos e as pessoas com menores níveis educacionais têm opiniões mais negativas face à média da população nacional. O apoio ao Euro está claramente relacionado com a sua utilização, visto que na Zona Euro existe um maior apoio à moeda única (61 por cento), comparado com apenas 46 por cento nos Estados-membros que não utilizam o Euro.

As áreas em que a UE deve concentrar a sua actuação, na opinião dos portugueses, são: as questões sociais (35 por cento), o combate ao crime (33 por cento) e o apoio às regiões mais pobres da Europa (31 por cento). Comparando com a média europeia, apenas o combate ao crime se encontra igualmente no topo das prioridades (33 por

cento). Além desta área, o ambiente (33 por cento), a imigração (32 por cento) e as questões energéticas (30 por cento) são as áreas prioritárias de intervenção da UE para os Europeus.

Para os portugueses, a globalização é entendida simultaneamente como um fenómeno negativo, envolvendo a deslocalização de empresas para países onde a mão-de-obra é mais barata (35 por cento), e como um fenómeno positivo, assinalado pelo aumento do investimento estrangeiro (24 por cento). A média europeia tende a considerar a globalização como consistindo fundamentalmente na deslocalização de empresas (41 por cento), com todas as restantes dimensões da globalização a serem tidas como substancialmente menos relevantes. Portugal está entre os Estados-membros que consideram que a UE melhor pode proteger os europeus da globalização (52 por cento), enquanto a UE em geral tende a ser menos positiva nesse domínio (44 por cento). Em termos longitudinais, comparando com o primeiro semestre de 2007, a percentagem de portugueses que afirmam que a UE os protege dos efeitos negativos da globalização subiu dos 39 por cento em 2007 para 52 por cento actualmente.

A UE é vista em Portugal como potenciando os efeitos positivos da globalização (por exemplo, aumentando o investimento estrangeiro) por 54 por cento dos inquiridos, enquanto a média correspondente na UE não supera os 48 por cento. Nesta questão, Portugal aproxima-se dos novos Estados-membros da UE. De facto, 53 por cento dos NEM-12 afirmam que a UE é um factor potenciador das consequências positivas da globalização, comparados com apenas 46 por cento nos Estados-membros mais antigos.

De um modo geral, Portugal apoia o alargamento da UE a novos países, embora em quase todos os casos o apoio nacional seja inferior ao da média comunitária (caso da Croácia, em que 42 por cento dos portugueses apoiam o alargamento face a 52 por cento na UE, e da ex-República Jugoslava da Macedónia, em que 39 por cento dos portugueses e 40 por cento dos europeus respectivamente, têm essa opinião). As excepções são a Albânia (38 por cento de portugueses apoiam a sua entrada face a apenas 34 por cento dos europeus), o Kosovo (36 por cento de apoio em Portugal face a 35 por cento nos UE-27) e a Turquia. A maioria absoluta dos inquiridos nacionais (51 por cento) é favorável à entrada da Turquia, por oposição a apenas 45 por cento dos europeus, sendo este o único país candidato sobre o qual os portugueses são mais

favoráveis à adesão do que o conjunto da UE. Em termos de grupos populacionais, são os mais jovens e aqueles com maiores recursos educacionais que tendem a apoiar a entrada da Turquia na UE. No que toca às ocupações, são os quadros superiores quem mais apoiam a entrada da Turquia (68 por cento), enquanto que as domésticas (37 por cento) e os reformados (48 por cento) são menos entusiastas de tal alargamento.